

## ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

## CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX: A STUDY IN ELECTRICITY COMPANIES

Vera Lúcia Cruz <sup>1</sup>

Arthur Maurício Rodrigues Bezerra <sup>2</sup>

Luiz Antonio Felix Júnior <sup>3</sup>

Mayara dos Santos Silva <sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo objetivou evidenciar as conformidades e inconsistências de natureza social e ambiental praticadas pelas empresas de energia, com base na relação dos 11 critérios e da NBC T 15 do estudo de Cruz *et al.* (2019). Quanto a metodologia, esta foi classificada como qualitativa, documental, e, descritiva. O estudo constatou que as empresas apontam ações positivas em relação ao meio ambiente, essas evidências foram detectadas através dos gastos com preservação do meio ambiente, provisão para danos que possam ocorrer, investimentos com gastos em educação ambiental para a comunidade externa, apresentação de informações comparativas com os anos anteriores, apresentação de metas futuras na área ambiental e ações ambientais voltadas para o público externo. No entanto, essas ações não foram identificadas para o público interno. O estudo concluiu que as empresas praticam ações ambientais, sendo que a EDP Engie do Brasil é a empresa que mais investe em *startups* de projetos nessa área, e a empresa Light foi a que mais gerou informação de suas práticas ambientais. Esses achados corroboraram com o estudo de Pletsch *et al.* (2015), em que os autores evidenciaram, em sua pesquisa, que a maioria das empresas possui política ambiental estruturada.

**Palavras-chave:** Índice de Sustentabilidade Ambiental; ISE; Empresas de Energia.

---

1 Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Administração (UNP). <https://orcid.org/0000-0002-6258-3358> <http://lattes.cnpq.br/4026224716762007> [vera.cruz@ccsa.ufpb.br](mailto:vera.cruz@ccsa.ufpb.br)

2 Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduando em Ciências Atuariais (UFPB). <https://orcid.org/0000-0002-3532-0499> <http://lattes.cnpq.br/2502303136288395> [arthurmauriciope89@gmail.com](mailto:arthurmauriciope89@gmail.com)

3 Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Doutor em Administração (UNP). <https://orcid.org/0000-0001-7427-6673> <http://lattes.cnpq.br/7110954980183541> [luiz.felix@ifal.edu.br](mailto:luiz.felix@ifal.edu.br)

4 Prefeitura Municipal de Picuí (PMP). Mestre em administração (UNP). <https://orcid.org/0000-0002-2541-2939> <http://lattes.cnpq.br/9268623090604306> [mayssilva28@gmail.com](mailto:mayssilva28@gmail.com)



## ABSTRACT

This study aimed to highlight the social and environmental conformity and inconsistencies practiced by energy companies, based on the list of 11 criteria and NBC T 15 from the study by Cruz et al. (2019). As for the methodology, this was classified as qualitative, documentary, and descriptive. The study found that companies point to positive actions in relation to the environment, this evidence was detected through spending on environmental preservation, provision for damage that may occur, investments in spending on environmental education for the external community, presentation of comparative information with previous years, presentation of future goals in the environmental area and environmental actions aimed at the external public. However, these actions were not identified for the internal public. The study concluded that companies practice environmental actions, and EDP Engie do Brasil is the company that invests the most in project startups in this area, and the company Light was the one that generated the most information on its environmental practices. These findings corroborate the study by Pletsch et al. (2015), in which the authors showed, in their research, that most companies have a structured environmental policy.

**Keywords:** Environmental Sustainability Index; ISE; Energy Companies.



## 1. Introdução

Dentre as temáticas que têm sido foco de estudo no mundo todo, desde o início do século XX, e com amplo debate também no começo do século XXI, sobressaem-se o Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Social Empresarial (De Souza *et al.*, 2014).

O desenvolvimento sustentável, que, até a década de 1980, não era abordado como um assunto relevante, apresenta-se cada vez mais estudado e aplicado diante do rápido crescimento populacional e, conseqüentemente, a maior degradação do meio ambiente e seus recursos (Guimarães, Rover, & Ferreira, 2018).

Esses acontecimentos fizeram com que houvesse um crescimento da preocupação global com o meio ambiente. Assim, o desenvolvimento de padrões ambientais internacionais tem criado a necessidade nas empresas de adotarem, formalmente, estratégias e programas ambientais (Silva & Quelhas, 2006), tendo em vista que é crescente a preocupação da sociedade com a necessidade de se buscar harmonia entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e justiça social (Gomes & Tortato, 2011).

Essa preocupação da sociedade é uma tendência mundial. Assim, evidencia-se, também, no mercado financeiro, uma valorização dos conceitos de desenvolvimento sustentável (Silva, Quelhas, 2006), tendo em vista que os investimentos Socialmente Responsáveis (ISRs) começaram a ser importantes para aplicadores e tomadores de recursos (Gomes & Tortato, 2011). Ainda, segundo os autores, percebe-se, ao redor do mundo, há algum tempo, que os investidores começaram a procurar companhias socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos financeiros.

Nesse contexto, as empresas passam a ser socialmente responsáveis e, com isso, tendem a ganhar a preferência dos consumidores, o que induz as empresas a voltarem suas estratégias e incluírem investimentos em meio ambiente. Além disso, percebe-se que as organizações divulgam suas ações para se tornarem legítimas perante a sociedade e a sustentabilidade, buscando, também, melhorar seu desempenho econômico e financeiro (De Souza, Brighenti & Hein, 2016).

Essa mudança de atitude das empresas faz com que seja legítimo assegurar que a sociedade visivelmente influencia o desenvolvimento de ações por parte das organizações para questões relacionadas ao meio ambiente (De Souza, Brighenti & Hein, 2016), já que o segmento corporativo vem atendendo às demandas cada vez maiores da sociedade frente a essas questões (Silva & Quelhas, 2006), já que gestores têm empreendido recursos em estratégias para que suas organizações sejam percebidas como socialmente responsáveis na tentativa de criar valor para seus acionistas (Martins & Campos, 2016). Os autores complementam, afirmando que participar do grupo de entidades que apresentam o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tornou-se um dos objetivos das empresas listadas na bolsa.

O ISE, criado em 2005 pela BM&FBOVESPA, procura estimular práticas sustentáveis e identificar as empresas consideradas socialmente responsáveis (Guimarães, Rover & Ferreira, 2018). São avaliadas diversas dimensões para inclusão de uma empresa no ISE (Martins, Campos, 2016).

Assim, o ISE pode ser composto por até 40 empresas, que voluntariamente decidem participar do processo anual de avaliação. O critério para seleção das empresas participantes do ISE foi definido pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (Cesfgv), que se baseia no conceito do *Triple Bottom Line*, acrescido da avaliação das práticas de governança corporativa (Martins & Campos, 2016).

O *Triple Bottom Line* é conhecido como Tripé da Sustentabilidade e engloba as dimensões econômica, ambiental e social. A dimensão social busca promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas à empresa. A dimensão ambiental envolve as ações que uma companhia faz para minimizar ou eliminar os efeitos ambientais negativos causados pela atividade econômica. Já a dimensão econômica está relacionada à lucratividade, que deve ser aliada a ações de promoção do bem-estar das pessoas e às práticas ambientais favoráveis (Silva & Quelhas, 2006; Lima, 2019). Ainda, segundo os autores, o *Triple Bottom Line* tem emergido como um modelo de interpretação pelas empresas que se veem como parte da sociedade e integrantes do meio ambiente, embora cada uma dessas dimensões represente um grande desafio.

Essas dimensões são mais observadas nos relatórios de sustentabilidade das companhias energéticas, que, como metas de emissão de dióxido de carbono, são sempre estimuladas a utilizar energias renováveis. As práticas sustentáveis também permitem às empresas a redução de custo através da reciclagem e do reaproveitamento de materiais, que impactam na lucratividade. Quanto à dimensão social, é observado que as empresas do setor energético oferecem treinamentos para um constante desenvolvimento da equipe. Há, também, o desenvolvimento das comunidades externas locais através de diversos projetos sociais. As companhias energéticas também prezam respeito às diversidades, de modo que nenhum colaborador seja discriminado por religião, sexo, cor da pele e cultura. Além dessas ações, desde março de 2020 há um novo desafio para as empresas: a adoção de medidas e protocolos de combate à pandemia da Covid-19 (Lima, 2019).

Além do *Triple Bottom Line*, o ISE também possui o conceito de Investimento Socialmente Responsável. A partir desses dois conceitos, pode-se dizer que o ISE é composto por empresas que possuem políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa (Gomes & Tortato, 2011). É possível verificar a proximidade do ISE com a busca de legitimidade, principalmente no tocante aos aspectos fundamentais do indicador. Outro aspecto relacionado ao índice, tratado como função objetiva da empresa, possui vínculo com o desempenho econômico das organizações (De Souza, *et al.* 2019).

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (Gomes & Tortato, 2011).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) possui como missão estimular as empresas a adotarem melhores práticas de sustentabilidade empresarial, e pressupõe a melhoria das estratégias e ações sustentáveis (Guimarães, Rover & Ferreira, 2018). Já que o conceito de sustentabilidade representa para o setor empresarial uma nova abordagem de se fazer negócios que promove a responsabilidade social, ele reduz o uso de recursos naturais e, conseqüentemente, os impactos negativos sobre o meio ambiente, preservando a integridade

do planeta para as futuras gerações sem deixar de lado a rentabilidade econômico-financeira do empreendimento (Da Silva, Rocha, Wienhage, & Rausch, 2009).

Com base no exposto, o estudo objetivou evidenciar as conformidades e inconsistências de natureza social e ambiental praticadas pelas empresas de energia, com base na relação dos 11 critérios e da NBC T 15 do estudo de Cruz *et al.* (2019). Essas informações encontram-se na plataforma de indicadores do ISE, local onde são disponibilizados gráficos com base nos critérios do questionário, indicadores e temas que permitem aos usuários observar o desempenho das empresas participantes do processo seletivo. As companhias que já participaram também podem acessar dados referentes ao próprio desempenho de maneira sigilosa e individual (ISE B3, 2020).

Neste contexto, a pesquisa optou pelas empresas de energia, tomando como base Stjepcevic e Siksnyte (2017). Os autores apontam que o setor de energia está cada vez mais estimulado a lidar com as questões sociais e ambientais, buscando impactar melhor no bem-estar público e na estabilidade ambiental. Além disso, a maioria das atividades realizadas na sociedade moderna necessita de energia para a sua produção. Nesse contexto, os demais setores dependem do setor energético. Ademais, todos os setores são impactados, de alguma forma, pelos crescentes desafios sociais, e o estudo de Gubiani *et al.* (2012) constatou que há necessidade de maior divulgação a respeito dos impactos dos produtos e processos no meio ambiente, além de suas políticas de energia e das suas informações financeiras ambientais. Considerando que as organizações estão apresentando ações através de políticas de boas práticas ambientais e sociais cada vez mais, o estudo busca contribuir evidenciando essas atuações aos usuários da informação, tendo em vista o reflexo das atividades dessas empresas no meio ambiente.

## 2. Referencial teórico

### 2.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Em 1957, o economista Howard Bowen iniciou os primeiros estudos sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Bowen acreditava que a responsabilidade social corporativa era um conjunto de obrigações e que as pessoas que tomam decisões nas empresas tinham de realizar ações de acordo com os valores da sociedade (Pinheiro, 2019; Pereira *et al.*, 2020).

Posteriormente, outros pesquisadores obtiveram destaque. Para Friedman, a responsabilidade das empresas estava ligada apenas à geração de lucro para seus acionistas e ao cumprimento da legislação. Friedman considerava que os problemas sociais eram de responsabilidade do governo (Pinheiro, 2019).

Já Paul Samuelson acreditava que a responsabilidade social empresarial era a capacidade de as empresas ouvirem, compreenderem e satisfazerem expectativas e interesses de seus diversos públicos (Pinheiro, 2019).

Em 1979, Carrol propôs um modelo com quatro dimensões: econômica, legal, ética e discricionária. A responsabilidade econômica está no fato de as organizações terem de ser produtivas e rentáveis. A responsabilidade legal envolve as expectativas de que as companhias cumpram as obrigações de acordo com a lei. A responsabilidade ética corresponde ao fato de as organizações adotarem um comportamento apropriado de acordo

com as expectativas da sociedade. Já a responsabilidade discricionária, ou filantrópica, está no desejo comum entre as empresas de se envolverem na melhoria do ambiente social (Machado Filho, 2020; Pereira *et al.*, 2020). Ao longo dos anos, as definições de RSC foram intensificadas. Algumas delas são mostradas no Quadro 1.

### Quadro 1- Principais definições de Responsabilidade Social Corporativa

Fontes	Definições
Banco Mundial	Responsabilidade social corporativa é o compromisso das empresas de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável através do trabalho com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo a fim de melhorar suas vidas de maneira que seja bom para os negócios e para o desenvolvimento.
Instituto Ethos	Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.
ISO 26000	Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade, que leva em consideração as expectativas das partes interessadas, que esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento, esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

Fonte: Pinheiro (2019)

De acordo com o Business for Social Responsibility (BSR), em geral, a expressão Responsabilidade Social Corporativa refere-se a decisões de negócios baseadas em valores éticos que incorporam o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente. Assim, a Responsabilidade Social Corporativa busca atingir ou exceder expectativas legais e comerciais do ambiente social no qual a empresa está inserida (Machado Filho, 2020).

Observa-se que a preocupação dos gestores era apenas com o lucro gerado e o retorno aos acionistas. Ao longo do tempo, a responsabilidade das companhias passou a englobar o retorno para a sociedade, atraindo mais consumidores, investidores e colaboradores (Pinheiro, 2019).

Em 2014, o Fórum Europeu de Investimento Sustentável (Eurosif) apontou que as empresas que adotam estratégias de investimentos socialmente responsáveis obtiveram altas taxas de crescimento em seus ativos, acarretando aumentos do retorno financeiro e do valor de mercado (Grandi *et al.*, 2020).

Atualmente, muitas organizações publicam relatórios de responsabilidade social corporativa no intuito de legitimar as ações socioeconômicas perante os *stakeholders*, buscando, assim, a criação de valor e a melhoria da reputação organizacional. Assim, as empresas passaram a ter necessidade de crescimento de forma mais sustentável (Pinheiro, 2019; Crisóstomo *et al.*, 2020).

O primeiro índice criado para avaliar o desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade foi o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), Índice de Sustentabilidade Dow Jones, em 1999, nos Estados Unidos, tornando-se um diferencial competitivo para as organizações (Grandi *et al.*, 2020; Teixeira *et al.*, 2020).

Com evidente crescimento e conscientização da sociedade voltada à responsabilidade social e às condições ambientais, a Brasil Bolsa Balcão (B3) criou, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), primeiro índice de sustentabilidade da América Latina. O objetivo do índice é estimular as empresas a adotarem melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade ética nas organizações. Os fundamentos do ISE são: transparência, diálogo com os *stakeholders* e a sociedade, melhoria contínua do escopo e do processo e autonomia financeira mercadológica e decisória (B3, 2020; Grandi *et al.*, 2020; Pinheiro, 2020; Teixeira *et al.*, 2020).

Com um ambiente compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável, o ISE impulsiona a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental, a justiça social e a governança corporativa nas organizações. Assim, o índice pode aumentar o desempenho empresarial de uma companhia, tornando-se um diferencial em termos de qualidade, desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, prestação de contas e nível do produto. Estes fatores estimulam os investidores na tomada de decisão de investimento, aumentando as expectativas (B3, 2020).

As empresas que possuem o ISE não aumentam o retorno financeiro apenas pelo aumento de vendas. As práticas de desenvolvimento sustentáveis estão ligadas também à redução de desperdícios, que impacta na lucratividade, pois ocorre redução de custos. Assim, o ISE pode se tornar um grande diferencial para uma companhia (Grandi *et al.*, 2020).

Para participar do processo de seleção à carteira do ISE B3, é enviado um questionário-base para as companhias que possuem as 200 ações mais negociadas na B3. Essas empresas podem se inscrever por meio eletrônico e, após a inscrição, recebem acesso ao sistema online junto com as instruções (B3, 2020; Lara, 2020).

O questionário é dividido em sete dimensões. A dimensão geral avalia o compromisso das organizações com o desenvolvimento sustentável, os acordos globais alinhados às boas práticas de sustentabilidade, transparência das informações corporativas e práticas de combate à corrupção. A natureza do produto avalia os impactos pessoais e difusos que possam causar possíveis danos e riscos à saúde dos consumidores e terceiros, provocados pela utilização dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas. Assim, a dimensão da natureza do produto adota o princípio da precaução e disponibiliza informações ao consumidor. A governança corporativa avalia o “relacionamento entre sócios, estrutura e gestão do Conselho de Administração, processos de auditoria e fiscalização e práticas relacionadas à conduta e conflitos de interesses”, seja de gestores com diretores, de sócios minoritários com majoritários. As dimensões econômico-financeira, ambiental e social avaliam políticas corporativas, gestão, desempenho e cumprimento legal. A dimensão mudança do clima, além da política corporativa, da gestão e do desempenho, avalia, também, o nível de abertura das informações sobre o tema. Além das respostas ao questionário, as empresas devem apresentar documentos para serem analisados pelo Conselho Deliberativo do ISE (ISE B3, 2020, Lara, 2020, Silva *et al.*, 2020). O Quadro 2 apresenta um resumo das sete dimensões do ISE.

**Quadro 2 - Dimensões do ISE**

Dimensão	Componentes
Natureza do Produto	Impactos pessoais, impactos difusos, princípio da precaução, informação ao consumidor
Geral	Compromissos, alinhamento, transparência, corrupção
Governança Corporativa	Propriedade, Conselho de Administração, auditoria e fiscalização e conduta e conflito de interesses
Social	Política, gestão, desempenho, cumprimento legal
Mudanças Climáticas	Política, gestão, desempenho, <i>reporting</i>
Ambiental	Política, gestão, desempenho e cumprimento legal
Econômico-Financeira	Política, gestão, desempenho e cumprimento legal

Fonte: Martins *et al.* (2016)

Outros pré-requisitos para as empresas serem consideradas elegíveis no ISE B3 são: terem sido negociadas em, pelo menos, 50% dos pregões nos últimos doze meses; os ativos não podem ter cotações inferiores a R\$ 1,00; as empresas devem atender aos critérios de sustentabilidade. A B3 é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do ISE com apoio técnico da ABC Associados e assecuração da KPMG. Empresas que entraram em regime de recuperação judicial ou falência durante o período de vigência da carteira não podem participar do ISE B3. Algumas empresas que receberam o questionário também não têm interesse em respondê-lo, pois precisam pagar taxas para se inscreverem no processo de escolha e a participação é voluntária (ISE B3, Lara, 2020, Silva *et al.*, 2020).

## 2.2 Práticas de sustentabilidade

Araújo (2020) analisou a carteira ISE B3 2018/2019. Todas as empresas listadas na carteira publicaram relatos não financeiros voluntários entre 2014 e 2018. Esses relatos são detalhados a partir dos aspectos gerais e dos aspectos de qualidade. Os aspectos gerais envolvem formatação e estrutura e fatores tecnológicos. Os aspectos de qualidade envolvem a materialidade e a garantia externa.

Cruz *et al.* (2019) analisaram nove companhias do setor elétrico listadas no ISE em 2017, com o objetivo principal de verificar o nível de evidência ambiental. Eles verificaram quais práticas das empresas se destacam em gestão responsável e sustentável e que fazem com que as organizações possam evoluir nas divulgações de informações de caráter ambiental. Os autores analisaram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), o Balanço Social, o Relatório de Administração e o Relatório de Sustentabilidade de cada companhia. Eles utilizaram 11 critérios, que abrangem itens da norma NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que são mostrados no Quadro 3.

A norma NBC T 15 foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2004, com o objetivo evidenciar a participação e a responsabilidade social e ambiental das empresas para com a sociedade. De acordo com essa norma, as informações de natureza social e ambiental estão ligadas à geração e distribuição de riqueza, recursos humanos e interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente (Rosa, 2019).

Das empresas analisadas por Cruz *et al.* (2019), apenas a Engie atendeu a todos os requisitos da norma NBC T 15 e a todos os 11 critérios do estudo. Todas as companhias evidenciaram os gastos com preservação e melhorias ambientais de alguma forma. As empresas também divulgaram a quantidade de resíduos químicos utilizada, exceto a AES Tietê. Algumas companhias apresentaram os valores gastos com investimentos em educação ambiental para a comunidade interna. A Copel e a Light divulgaram a quantidade de pessoas impactadas pelos programas e projetos investidos. Outra informação divulgada pelas empresas foi a quantidade de processos ambientais junto com os valores gastos. Cruz *et al.* (2019) também analisaram o valor dos gastos com multas ambientais aplicadas contra as companhias. Todas elas apresentaram relatório comparando informações com anos anteriores. O último critério analisado refere-se a metas ambientais futuras. A maioria dos objetivos visa à redução de gás carbônico e ao aumento da destinação final do resíduo químico e industrial para recuperação ou reciclagem. Houve, também, metas referentes a reflorestamento e redução de acidentes ambientais com impactos significativos, aumento percentual do uso de fontes renováveis, limite para uso do carvão na geração de energia e aumento das certificações ambientais. Os autores também abordaram a descrição dos relatórios utilizados como meio de evidenciação das informações de caráter ambiental.

### Quadro 3 - Relação dos 11 critérios e da NBC T 15

Critérios		NBC T 15	
1	Apareceram gastos de restabelecimento de áreas degradadas nas informações divulgadas?	B	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.
2	Foram efetuados gastos com preservação e melhoria do meio ambiente?	A, E	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.
3	Foram efetuadas provisões de danos que poderão ocorrer?		Incluída.
4	Os resíduos químicos são informados com dados quantitativos?		Incluída.
5	Existem investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade interna?	C	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
6	Existem investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade externa?	D	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.
7	Existe divulgação sobre passivos e contingências ambientais?	H	Passivos e contingências ambientais.
8	Existe divulgação de gastos e investimentos com processos administrativos, judiciais e ambientais movidos contra a entidade?	F	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.
9	Apareceram gastos com multas aplicadas contra a entidade?	G	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente.
10	As informações são comparativas com os anos anteriores?		Incluída.
11	As informações citam metas futuras na área ambiental?		Incluída.

Fonte: Cruz *et al.* (2019)

Para verificar a evidenciação ambiental das empresas listadas no ISE nos anos de 2016, 2017 e 2018, Rosa (2019) analisou as recomendações da NBC T 15 referentes às interações com o meio ambiente, tratado no item 15.2.4 da norma, que estão dispostos no Quadro 4.

As informações dispostas no Quadro 4 foram levantadas nos relatórios anuais de sustentabilidade das 52 empresas analisadas. Nos três anos estudados, a informação ambiental mais utilizada para evidenciar a relação ambiental das empresas prevista pela NBC T 15 foi a de “investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais pela melhoria do meio ambiente”. Em segundo lugar, as informações referentes a “investimentos e gastos com projetos ambientais”. Em terceiro lugar, são evidenciadas informações referentes a “investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados”.

#### Quadro 4 - Recomendações da NBC T 15

a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
h) passivos e contingências ambientais.

Fonte: Rosa (2019)

Em relação aos itens negativos, em 2016, apenas oito empresas divulgaram, de forma completa, informações relativas à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. Em 2017, 15 empresas divulgaram essas informações de forma completa e uma, de forma incompleta. A autora também observou a ausência de informações sobre multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e judicialmente. Em 2018, apenas 31 empresas haviam divulgado o relatório anual e o relatório de sustentabilidade até o fechamento da pesquisa, e apenas quatro divulgaram, de forma completa, informações relativas à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. Uma empresa divulgou de forma incompleta. A falta de padronização com as informações apresentadas nos relatórios dificulta estabelecer comparações entre as empresas (Rosa, 2019).

Devido à preocupação com o meio ambiente e com os seus recursos naturais, a gestão ambiental norteia as organizações a se tornarem sustentáveis. Isso se torna um diferencial atrativo para investidores e consumidores (Silva *et al.*, 2020).

Silva *et al.* (2020) analisaram o desempenho econômico e socioambiental da WEG, empresa que produz motores e compressores, por meio do ISE. A WEG possui uma gestão ambiental voltada para atividades de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente, investimento em tecnologias e melhorias constantes de processos. A fim de melhorar a eficiência e a redução dos impactos ambientais, a WEG investe em tratamentos de resíduos e emissões atmosféricas e líquidas, além de seguros de responsabilidade ambiental.

Espera-se que, ao apresentarem bons resultados financeiros, as empresas participantes do ISE B3 aumentem o preço das ações e atendam preocupações sociais, ambientais, de ética e governança corporativa, reduzindo, assim, a volatilidade das ações. Espera-se, também, que as práticas de sustentabilidade proporcionem uma maior diferença entre o valor de mercado e o valor contábil da empresa. A participação de uma empresa no ISE B3 é uma informação suficiente que pode criar uma maior expectativa para as pessoas com perfil de investimentos de longo prazo em relação aos lucros esperados futuros. Em geral, as empresas selecionadas pelo ISE B3 tiveram crescimento do Patrimônio Líquido e valorizaram as ações de forma mais consistente que as elegíveis que não participaram do índice (Lara, 2020).

### 3. Metodologia

No que se refere à metodologia empregada na pesquisa, esta foi classificada como qualitativa quanto à abordagem, tendo em vista que, para sua realização, foram levantadas informações a partir de artigos e de relatórios das empresas foco do estudo. Nessa perspectiva, Gil (2008) afirma que a análise qualitativa consiste na organização das informações selecionadas, buscando possibilitar a análise contínua das semelhanças e diferenças, e como as informações se relacionam entre si. É considerada como uma investigação que trabalha predominantemente com dados qualitativos. Em outras palavras, os dados coletados pelo pesquisador não são necessariamente expressos por números (Silva, 2006).

No que refere ao procedimento, a pesquisa foi classificada como sendo documental. Marconi e Lakatos (2010) apontam que a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, compostos de dados que se denominam como fontes primárias. Para Bardin (1977), a análise documental tem, por objetivo, dar forma conveniente e representar, de outro modo, as informações por intermédio de procedimentos de transformação.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, considerando que foram realizadas descrições das características das empresas objeto do estudo, além de buscar identificar possíveis relações entre as variáveis (Gil, 2010).

Assim, a pesquisa se concentrou na carteira do ISE B3, que é composta por 47 ativos de 40 empresas, de 18 setores. O valor de mercado da carteira é de R\$ 2,36 trilhões, considerando as cotações do dia 01 de junho de 2021 (B3, 2021). A carteira do ISE B3 é revista anualmente. A revisão possibilita a identificação das empresas que se destacam pelo alinhamento estratégico com a sustentabilidade. Para uma empresa participar do ISE B3, avaliam-se o contexto e o desempenho no ano anterior (Pinheiro, 2019; Grandi *et al.*, 2020).

Dessa base de dados, foi possível delimitar o universo da pesquisa, que foi composto pelas empresas de energia elétrica que estão relacionadas no índice de sustentabilidade empresarial da carteira do ISE B3, através do site [http://www.b3.com.br/pt\\_br](http://www.b3.com.br/pt_br). As empresas que foram estudadas encontram-se relacionadas no Quadro 5.

**Quadro 5** - Carteira do ISE B3 2021- Energia elétrica

<b>Código</b>	<b>Empresa</b>
AESB3	AES BRASIL
CMIG3 e CMIG4	CEMIG
CPLE3 e CPLE6	COPEL
CPFE3	CPFL ENERGIA
ELET3 e ELET6	ELETROBRAS
ENBR3	ENERGIAS BR
EGIE3	ENGIE BRASIL
LIGT3	LIGHT S/A
NEOE3	NEOENERGIA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados coletados das empresas de energia relacionados no Quadro 5 foram marcados. Assim, as conformidades encontradas foram assinaladas com “X”, e as informações não apresentadas ficaram sem marcação.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a relação dos 11 critérios e da NBC T 15 do estudo de Cruz *et al.* (2019). A NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Na sequência, os dados agrupados foram analisados para atender ao objetivo proposto pelo estudo.

## 4. Análise dos Resultados

Foram analisados os relatórios de sustentabilidade de 2020 das 9 empresas listadas no Quadro 4, tendo em vista que a CEMIG, a COPEL e a ELETROBRÁS possuem dois ativos cada uma, que foram analisados conjuntamente. Os primeiros resultados das análises apontam para semelhança dos relatórios apresentados pelas empresas de energia.

Outro ponto evidenciado foi que todas as empresas analisadas possuem programas ou projetos para recuperação de áreas degradadas e preservação da fauna e da flora, evidenciando-se a natureza ambiental. O Quadro 6 aponta as conformidades e ausências encontradas nos relatórios das empresas de energia, de acordo com os critérios apontados por Cruz *et al.* (2019). As conformidades encontradas foram marcadas com “X”, e as informações não apresentadas estão sem marcação.

De acordo com o Quadro 6, as 9 companhias energéticas demonstraram preocupações na preservação e melhoria do meio ambiente, tendo em vista que todas elas buscam a emissão de dióxido de carbono e o aperfeiçoamento da energia renovável no material analisado para diminuir o desmatamento.

**Quadro 6 - Desempenho das empresas de energia nos 11 critérios e da NBC T 15**

Critérios	AES Brasil	CEMIG	Copel	CPFL Energia	Eletrobrás	EDP Energias do Brasil	Engie Brasil	Light	Neoenergia
Apareceram gastos de restabelecimento de áreas degradadas nas informações divulgadas?					X				
Foram efetuados gastos com preservação do meio ambiente?	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Foram efetuadas provisões de danos que poderão ocorrer?	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Os resíduos químicos são informados com dados quantitativos?	X	X	X	X		X	X	X	X
Existem investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade interna?			X	X	X	X	X	X	X
Existem investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade externa?	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existe divulgação sobre passivos e contingências ambientais?	X	X	X		X		X		
Existe divulgação de gastos e investimentos com processos administrativos, judiciais e ambientais movidos contra a entidade?			X	X	X			X	X
Aparecem gastos com multas aplicadas contra a entidade?			X	X	X			X	X
As informações são comparativas com anos anteriores?	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As informações citam metas futuras na área ambiental?	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Adaptado de Cruz *et al.* (2019)

Evidencia-se que apenas a Eletrobrás, dentre as empresas analisadas, foi a única que apontou informações relacionadas aos gastos de restabelecimento de áreas degradadas nas suas informações, no entanto, não informou em dados quantitativos os resíduos químicos.

As empresas AES Brasil e CEMIG não relataram a existência de investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade interna. No entanto, no que se refere a gastos e investimentos com processos administrativos, judiciais e ambientais movidos contra a entidade, e gastos com multas contra as entidades, nenhuma das duas teve ações nesse sentido.

No que se refere à divulgação de passivos e contingências ambientais, estas obrigações não foram relatadas pela CPFL Energia, EDP Energias do Brasil e Neoenergia. Também foram evidenciadas nessas empresas, exceto na CPFL Energia, a inexistência de gastos e investimentos com processos administrativos, judiciais e ambientais movidos contra elas, nem gastos com multas aplicadas contra suas ações ambientais.

Outra grande preocupação, não só das empresas pesquisadas, como também em entidades, foi a pandemia da Covid-19. Conforme apontando nos relatórios, as empresas objeto do estudo tiveram que se adaptar em menos de uma semana ao trabalho remoto, e os trabalhos em campo tiveram suas equipes reduzidas, tornando-se, assim, mais um desafio da natureza social.

Ainda segundo os dados, em todas as empresas estudadas, foi evidenciado que as pessoas de grupos de riscos, como os idosos, foram afastadas. Além disso, as companhias disponibilizaram máscaras e álcool em gel para seus colaboradores. Outro ponto evidenciado foi a realização de parcerias com os governos federal, estaduais e municipais com o objetivo de doar máscaras e álcool em gel, além de colchão a hospitais públicos. A Light apresentou um adendo a mais em suas ações durante a pandemia e chegou a fornecer energia gratuita para um hospital de campanha.

Outro cuidado evidenciado nas empresas pesquisadas foi com a segurança das barragens, cujo objetivo central está na não ocorrência de nenhum dano ambiental.

Também há a preocupação com a segurança dos trabalhadores, principalmente em trabalhos em altura e com riscos de choques elétricos. Por isso, verificou-se que as empresas estudadas realizam capacitações e treinamentos com os seus colaboradores em segurança do trabalho e os capacitam para o uso correto dos equipamentos. Além disso, buscando motivar seus funcionários, as empresas estudadas também realizam capacitações para promover o desenvolvimento no trabalho, além de cursos de liderança e a possibilidade de realização de projeto. Na questão de projetos, a empresa EDP Energias do Brasil se destaca, tendo em vista que a empresa investe em *startups*, realiza premiação para os melhores projetos e possui *startups* ambientais robotizadas.

Foi evidenciado que toda capacitação estava voltada para o desenvolvimento do funcionário em suas atribuições dentro da empresa e não foram detectadas ações voltadas para a educação ambiental da comunidade interna.

Já com relação ao público externo, todas as companhias buscam conscientizar os moradores de comunidades próximas sobre o impacto ambiental. As empresas também fazem projetos para o desenvolvimento das comunidades, não só sobre educação ambiental, como também promovem projetos voltados para música e esporte.

As empresas também prezam pela diversidade, de modo que nenhum funcionário seja discriminado por raça, religião, ideologia ou opção sexual. Assim, buscam ter, entre os seus funcionários, homens, mulheres, pessoas do grupo LGBTQIA+, brancos e negros, sem que haja desavenças.

Evidencia-se que, de forma geral, as empresas apontam ações positivas em relação ao meio ambiente, tendo em vista os pontos comuns apresentados pelo segmento, como as conformidades apontadas nos gastos com preservação do meio ambiente, a provisão de danos que possam ocorrer, os investimentos com gastos em educação ambiental para a comunidade externa, as informações comparativas com os anos anteriores e a apresentação de metas futuras na área ambiental. O estudo evidenciou que a EDP Energias do Brasil é a empresa que mais investe em *startups* de projetos nessa área, e a empresa Light foi a que mais gerou informação de suas práticas ambientais. Esses achados corroboram com as evidências encontradas por Pletsch *et al.* (2015). Os autores evidenciaram, em sua pesquisa, que a maioria das empresas possui política ambiental estruturada. Ainda, segundo os autores, as empresas vêm se preocupando com questões ambientais, visto que suas ações estão cada vez mais visíveis e monitoradas.

Nessa perspectiva, De Figueiredo *et al.* (2009) afirmam que se faz necessária a divulgação da participação no ISE para que ocorram ganhos de imagem e que os resultados socioambientais possam ser concomitantes com resultados financeiros, tendo em vista que a visão do mercado e dos consumidores em relação a estas empresas que adotam ações sustentáveis tem se mostrado bastante favorável, o que gera vantagens além do retorno financeiro proporcionado pelo ISE (Gomes Júnior, Gomes, 2010).

Evidencia-se que os objetivos do trabalho foram realizados, pois as companhias energéticas utilizam práticas de natureza social, como a educação ambiental para a comunidade externa, além de diversos projetos sociais. Também foi detectada, pelo estudo, a preocupação em preservar a saúde dos colaboradores devido à pandemia da Covid-19, através do trabalho remoto para pessoas de grupos de risco e uso de máscaras e álcool em gel. Algumas companhias fizeram doações e parcerias com os governos.

A fim de aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos serviços prestados, as empresas fazem as capacitações de seus funcionários. Isso também contribui para gerar motivação nos colaboradores. Para que não haja nenhuma discriminação, as empresas prestam-se pela diversidade. Esses elementos que foram detectados pelo estudo contribuem para promover o bem-estar e a qualidade de vida, tanto para os *stakeholders* como para as comunidades locais. Entretanto, foi observada uma inconsistência na natureza social: não foram evidenciados treinamentos de educação ambiental para os funcionários das empresas.

Com relação à natureza ambiental, as companhias energéticas possuem o cuidado em garantir a segurança das barragens, evitando, assim, danos ambientais. Todas as empresas têm a preocupação de preservar a fauna e a flora, além de possuírem projetos de recuperação de áreas degradadas. Já com relação aos gastos envolvendo essa recuperação, esses dados foram apresentados por apenas uma empresa, verificando-se uma inconsistência de natureza ambiental.

## 5. Conclusão

O estudo objetivou evidenciar as conformidades e inconsistências de natureza social e ambiental, praticadas pelas empresas de energia, com base na relação dos 11 critérios e da NBC T 15 do estudo de Cruz *et al.* (2019). Quanto à abordagem, a metodologia utilizada foi classificada como qualitativa. Quanto aos procedimentos, ela foi classificada como documental e, quanto ao objetivo, como descritiva.

Os achados revelaram que as empresas apontam ações positivas em relação ao meio ambiente, tendo em vista os pontos comuns apresentados pelo segmento, como as conformidades apontadas nos gastos com preservação do meio ambiente, a provisão de danos que possam ocorrer, os investimentos com gastos em educação ambiental para a comunidade externa, as informações comparativas com os anos anteriores e a apresentação de metas futuras na área ambiental. Além disso, o estudo evidenciou ações voltadas para seus funcionários, mais especificamente para as funções que exercem, e, para o público externo, foram detectadas ações ambientais. No entanto, essas ações não foram identificadas para o público interno.

Com base nos achados, o estudo concluiu que as empresas praticam ações ambientais, sendo que a EDP Energias do Brasil é a empresa que mais investe em *startups* de projetos nessa área, e a empresa Light foi a que mais gerou informação de suas práticas ambientais. Esses achados corroboraram com o estudo de Pletsch *et al.* (2015), em que os autores evidenciaram, em sua pesquisa, que a maioria das empresas possui política ambiental estruturada.

Esta pesquisa ficou limitada apenas ao setor energético. Para pesquisas futuras, sugere-se a mesma metodologia com empresas de outro segmento, assim como a possibilidade de análises comparativas entre os setores. Outra sugestão seria a comparação entre os anos, para que fosse verificado o crescimento ou a redução na estratégia de divulgação. Assim, poderá ser evidenciada a relação das ações que as entidades estão empregando na área ambiental, tendo em vista o dano que suas atividades podem causar ao meio ambiente.

## Referências

Araújo, T. P. (2020). Relatos não financeiros voluntários: Um estudo das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Brasil Bolsa Balcão. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho. Recuperado [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/67119/1/DISSERTACAO\\_Tsiane%20Poppe-Final.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/67119/1/DISSERTACAO_Tsiane%20Poppe-Final.pdf).

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo (Edições 70). Lisboa, Portugal.

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Recuperado em 330 de novembro, 2020, de [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm).

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Recuperado em 17 de dezembro, 2020, de [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-composicao-da-carteira.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-composicao-da-carteira.htm)

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Recuperado em 02 de fevereiro, 2020, de [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-estatisticas-historicas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-estatisticas-historicas.htm).

Crisóstomo, V. L., Forte, H. C., & Prudêncio, P. A. (2020, Julho/Dezembro). Uma análise da adesão de organizações brasileiras à GRI como método de divulgação de informações de responsabilidade social corporativa. *Revista de ambiente contábil*, 12(2). Recuperado em 20 de dezembro, 2020 de <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19005/12902>.

Cruz, A. V. S., Mareth, T., Rodrigues, J. D., & Da Silva, L. (2019). Evidenciação ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Recuperado em 05 de novembro, 2020 de <https://conferencias.ufsc.br/index.php/cconfi/2020/paper/view/1757/1169>.

Da Silva, J. O., Rocha, I., Wienhage, P., & Rausch R. B. (2009). Gestão ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3(3), 56-71.

De Figueiredo, G. N., Abreu, R. L., & Las Casas, A. L. (2009). Reflexos do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na imagem das empresas: uma análise do consumidor consciente e do marketing ambiental. *Pensamento & Realidade*, 24(1).

De Souza, T. R., Brighenti, J., & Hein, N. (2016). Investimentos ambientais e desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras listadas no índice de sustentabilidade empresarial-ISE. *Revista Reuna*, 21(2), 97-114.

De Souza, R. F., Gomes, A. R. V., De Lima, S. L. L., Dos Santos, G. V., & Dal Vesco, D. G. (2019) A legitimidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) frente aos demais Índices B3. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 18(3), 521-542.

De Souza, F. S., Zucco, A., Tomé, I. M., & Pereira, R. S. (2014). Análise do índice de sustentabilidade empresarial-ISE: um estudo exploratório comparativo com o Ibovespa. *CONNEXIO-ISSN 2236-8760*, 4, 145-159.

Ferreira, J., Rover, S., & Vicente, E. F. R. (2018, Julho/Dezembro) Índice de sustentabilidade empresarial: porque as empresas deixam de participar? *CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 5 (2), 89-107.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6. ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (5. ed.) São Paulo: Atlas.

Gomes, F. P., & Tortato, U. (2011). Adoção de práticas de sustentabilidade como vantagem competitiva: evidências empíricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 5(2), 33-49.

Gomes Júnior, S. F., & Gomes, A. R. (2010). As vantagens da sustentabilidade empresarial. *INGEPRO-Inovação, Gestão e Produção*, 2(8), 63-71.

Grandi, T. P., Jasinski, V. P., & Andreoli, C. V. (2020, Outubro/Dezembro). Sustentabilidade nas empresas: uma análise da geração de valor econômico pela adoção do índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *Revista de gestão e sustentabilidade ambiental*, 9(4), 761-779. Recuperado em [http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao\\_ambiental/article/view/8342/5546](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/8342/5546).

Gubiani, C. A., Santos, V., & Beuren, I. M. (2012). Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Sociedade, contabilidade e Gestão*, 7 (2).

Guimarães, E. F., Rover, S., & Ferreira, D. D. M. (2018) A participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE): Uma comparação do desempenho financeiro de bancos participantes e não participantes da carteira1. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37 (1), 147-164.

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3. Plataformas de indicadores do ISE. Recuperado em 15 de outubro, 2020, de <http://iseb3.com.br/plataforma-de-indicadores-do-ise-1>. Acesso em 30 nov. 2020.

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3. O que é o índice B3. Recuperado em <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>.

Lara, S.G. (2020). Quem (não) participa do índice de sustentabilidade empresarial –ISE B3(?) é mais valorizado? Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 10 de dezembro, 2020, de <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38574/1/DISSERTA%20Gon%20a7alves%20Lara.pdf>.

Lima, N. (2019). Triple Botom Line: como funciona o tripé da sustentabilidade? Recuperado em <https://blog.keruak.com.br/triple-bottom-line/>.

Machado Filho, C. P. (2020). Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações. São Paulo: Cengage learnig edições Ltda.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. (7. ed.) São Paulo: Atlas.

Martins, M. N. da S. P., Campos, A. L.S., & Martins, F. S. (2016). Influência dos investimentos sociais para inclusão de empresas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *RGSA-Revista de Gestão Social e Ambiental*, 10, 58-71.

Pereira, P. H. S. M, Santos, E. A., Sallaberry, J. D., & Monteiro, J. J. (2020, Setembro/Dezembro). Orientação à responsabilidade social corporativa: um estudo sobre fatores influenciadores, 14 (3). Recuperado em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7630738>.

Pinheiro, A. B. B. (2019). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e o impacto da qualidade da informação contábil nas companhias listadas na B3. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado em 15 de março, 2021, de [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9765/1/IndiceSustentabilidadeEmpresarial\\_Pinheiro\\_2019](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9765/1/IndiceSustentabilidadeEmpresarial_Pinheiro_2019).

Pletsch, C. S., Brighenti, J., Da Silva, A., & Da Rosa, F. S. (2015). Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Contabilidade Vista & Revista*, 25 (3), 57-77.

Rosa, J. S. (2019). Estudo sobre a aderência a NBC T – 15 de empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial (ISE). Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em 15 de abril, 2021, de

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197673/TCC%20J%20c3%20balia%20Silva%20da%20Rosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Silva, C.R. da. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade. (2. ed.) São Paulo: Atlas.

Silva, F. D. S. (2020, Janeiro/Junho). Desempenho socioambiental da empresa Weg S.A. por meio da análise do índice de sustentabilidade empresarial (ISE). Recuperado em 22 de março, 2021, de <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/42/33>.

Silva, L. S. A., & Quelhas, O. L. G. (2006). Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. *Gestão & Produção*, 13(3), 385-395.

Stjepcevic, J., & Siksnyte, I. (2017). Corporate Social Responsibility in Energy Sector. *Transformations in Business & Economics*, 16(1).

Teixeira, E. C., Martini, R., Bugalho, D. K., & Morlin, F. (2020, Dezembro, 31). Índice de sustentabilidade empresarial (ISE): uma análise do setor bancário brasileiro listado na B3. *Revista brasileira de gestão ambiental e sustentabilidade*, 17 (7), 1183-1196.

**Recebido:** 10/12/2022

**Aceito:** 13/02/2023